

O QUE É DEMOCRACIA?  
À PROCURA DE UMA DEFINIÇÃO

"No caso da palavra democracia não só não existe nenhuma definição concorde, mas também a tentativa para uma tal definição encontra oposição de todas as facções... Os defensores de qualquer espécie de regime o intitulam de democrata, e temem que tenham de deixar de usar a palavra democracia se ela for vinculada a um único significado."

— G. ORWELL. †

## 1. Significado Descritivo e Prescritivo

DEMOCRACIA, de modo algo paradoxal, pode ser definida como um termo empolado aplicado a alguma coisa inexistente. Essa afirmação é, naturalmente, provocante, e seria mais hábil dizer-se que *democracia* é uma palavra confusa em relação ao que pretende designar. Conquanto esse modo de situar a questão ainda se mostre de alguma maneira indevido, creio que isso nos dá uma chave para as dificuldades de nosso problema.

Se definir democracia significa meramente apresentar o significado da palavra, o problema está imediatamente solucionado, porque tudo o que se requer no caso é algum conhecimento da língua grega. Literalmente, democracia significa "poder do povo", isto é, que o poder pertence ao povo. Mas com isto teremos simplesmente resolvido um problema de terminologia. Nossa explicação nada mais é do que uma "definição de palavra-por-palavra", o que torna conhecida uma palavra numa determinada língua por via da tradução.<sup>1</sup> E o problema de definir democracia é muito mais complicado do que isso. Quando empregamos o termo, éle se *aplica*, claramente, a alguma coisa.

1. Vide notas nos finais dos capítulos.

Não se trata somente de indagar: o que significa essa palavra? mas também: qual é o objeto? E quando tentamos responder a esta última inquirição, descobrimos que o objeto não corresponde à palavra. Descobrimos, outrossim, que existe pouca semelhança entre os fatos e o rótulo, entre o nosso achado e o nome. Conquanto *democracia* tenha um significado literal preciso, isto não nos ajudará realmente a compreender o que é uma democracia autêntica.

Como poderemos remediar isso? À primeira vista, a solução parece ser bastante simples. Se a observação revela que o termo *democracia* é enganoso, por que não partimos do princípio de atribuir às coisas outros rótulos mais adequados? Se o termo não é exato, por que não se procurar um que seja apropriado? No mundo real, como R. A. Dahl observou, democracias são *poliarquias*.<sup>2</sup> Sendo assim, por que não chamá-las desse modo?

Mas a solução não é tão simples. Pelo fato de um nome se mostrar confuso para fins descritivos, isso não significa que ele tenha de ser substituído. Por isso, *democracia* é exatamente o rótulo de que necessitamos para fins prescritivos. Estes fins são de igual importância. Um sistema democrático é estabelecido como resultado de pressões deontológicas.<sup>3</sup> Não se pode separar o que é a democracia do que ela *deve* ser. Uma democracia existe somente enquanto seus ideais e valores são igualmente transformados em algo real. Não há dúvida que qualquer sistema político é sustentado por imperativos e valores visados como fins. Mas, talvez, uma democracia dêles necessite mais do que qualquer outro. Isso porque, numa democracia, a tensão entre fato e valor atinge o ponto mais alto, visto que nenhum outro ideal está mais longe da realidade em que ela tem de operar. E é por isso que necessitamos definir democracia. Se bem que não nos propicie qualquer informação sobre o mundo real, isso ajuda-nos a manter diante de nós o ideal: o que a democracia deve ser.

Assim, o termo *democracia* não possui somente uma função descritiva ou denotativa, mas também normativa e persuasiva. Conseqüentemente, o problema de definir a democracia tem aspecto duplo, exigindo tanto uma definição descritiva quanto uma prescritiva.<sup>4</sup> Uma não pode existir sem a outra e, ao mesmo tempo, uma não pode substituir a outra. Assim, para evitar um passo em falso, devemos ter em mente três pontos: primeiro, que uma distinção firme tem de ser feita entre o *deve* e o *é* quanto à

democracia; segundo, que esta distinção não deve ser mal-entendida, porque ideais e realidade estão interligados (sem os seus ideais uma democracia não pode corporificar-se e, reciprocamente, sem uma base de fato a prescrição democrática nega-se a si mesma); terceiro, que embora complementares, as definições prescritivas e descritivas de democracia não devem ser confundidas, porque o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, uma democracia legítima não é, não pode ser, igual a uma democracia ideal.

## 2. Comportamento e Definições

O precedente é, temos de admitir, assaz complicado. Portanto, tentaremos torná-lo simples, já que a condição essencial para a sobrevivência de um sistema democrático é a inteligibilidade da idéia de democracia. Conquanto a democracia seja mais complexa e intrincada do que qualquer outra forma política, paradoxalmente ela não sobreviverá se os seus princípios e mecanismos não estiverem ao alcance do homem comum. Uma democracia requer que o que nela existe de complexo seja simplificado, e que as formas intrincadas sejam desenredadas, porque, em última análise, nosso comportamento político depende da noção que temos do que é democracia, do que pode ser, e do que deve ser. Quando, por exemplo, declaramos que um sistema político é *mais* democrático ou *menos* democrático, nossa avaliação depende evidentemente do que pensamos quanto ao que seja uma verdadeira democracia. Assim, portanto, quando se diz "isso não é democrático", ou "aqui não existe democracia", esses nossos dois julgamentos e atitudes são relacionados com uma definição. E se definirmos democracia de modo irreal, encontrar-nos-emos na posição de rejeitar tôdas as democracias autênticas.

Desse modo, se a democracia é definida incorretamente, estaremos ameaçados de recusar algo que não finhamos identificado propriamente, e de obter em troca alguma coisa que de todo não desejaríamos. Naturalmente, definições não são uma panacéia, e seria absurdo afirmar que tôdas as nossas dificuldades emanam de um mau emprêgo da semântica.<sup>5</sup> Meu argumento é o de que, em última análise, a existência da democracia depende, havendo igualdade quanto a outros aspectos, da popularização da

idéia de democracia, no sentido de que uma compreensão clara do que significa democracia é condição básica (embora não sendo a única) para o comportamento democrático. Isso ocorre porque as idéias errôneas sobre democracia tornam-na inoperante.

Torna-se desnecessário dizer que o público em geral não está elucidado o suficiente para poder oferecer uma definição própria. Ele reage a uma imagem de democracia exatamente como dá seus votos à imagem de um partido e não à sua política. No entanto, essas imagens são o reflexo e o eco de conclusões a que se chegou no âmbito do pensamento crítico e que foram moldadas por definições. Portanto, deve ser mais compensador abordar o problema da democracia no plano inteligível de reações a definições, do que no plano derivado e inarticulado das reações à imagem, contanto que tenhamos em mente que aquilo que no plano crítico é uma idéia definida, no plano inarticulado se torna um quadro indefinido. Meu empenho é, então, o de salientar que as definições são importantes por serem responsáveis, em última análise, pela nossa imagem da democracia. Naturalmente, o que considero importante poderá não o ser para outra pessoa. Isso é de esperar. Há, todavia, duas objeções que não podem ser ignoradas: uma diz respeito a princípios, e a outra à prática.

A primeira objeção está expressa no velho adágio: *Omnis definitio est periculosa*. Certos escritores insistem tanto em repetir a afirmação "definir é perigoso", que às vezes uma pessoa pondera se o ato de definir não será especialmente perigoso para o seu próprio pensamento. Mas estou pronto a concordar que o evitar-se definições não pode ser sempre explicado como uma forma de autoproteção, e que a advertência do adágio latino é significativa e precedente quando endereçada àqueles estudiosos que encaram as definições como um meio de aprisionar e estratificar a linguagem. Se houver acôrdo sobre isso, não vejo francamente qualquer perigo em transmitir clara e explicitamente ao nosso público o significado, ou significados, do termo *democracia*, e as nossas razões por tê-lo escolhido. E não só nada encontro de perigoso nesse procedimento, mas ainda insisto que um interesse por definições é particularmente importante em se tratando de democracia. Isso porque democracia é governo por assentimento, e tal assentimento, em última análise, é o produto daquilo que um eleitorado acredita que seja uma democracia; isso depende da espécie de democracia que os eleitores julgam ser autêntica.

A segunda objeção não nega que meu interesse possa ser justificado teoricamente, mas indica que na prática as coisas parecem funcionar bastante bem. Afinal de contas — pode dizer-se — o governo por assentimento tem conseguido sobreviver com êxito por bastante tempo, e não há indícios de que não continue assim. Mas permitam-me replicar que isso é correto unicamente quanto a um pequeno número de países. Além do mais, quando certas fórmulas como "governo aceite", ou "governo discutido", foram criadas, seu significado e alcance diferia inteiramente daquilo a que elas se referem atualmente. As fórmulas permaneceram as mesmas, mas aquilo a que elas se referiam sofreu alterações.

Se, por exemplo, atentarmos para o conteúdo do clássico relatório escrito por Walter Bagehot sobre a Constituição britânica dos meados do século XIX, a modificação que se processou desde então torna-se evidente. Para Bagehot, governo discutido significava — e realmente era assim — um sistema político que funcionava baseado no princípio de que a discussão estava limitada àqueles mais capazes de nela participarem. A sabedoria política dos ingleses — esta foi uma *plaisanterie* bem séria de Bagehot — residia em sua louvável "obstinação", isto é, sua recusa em preocupar-se com princípios abstratos, e a sua atitude de deferência quanto ao mais sábio.<sup>6</sup> Mas o relato de Bagehot dificilmente poderia ser aplicado ao nosso próprio tempo. Não pretendo sugerir que a obstinação já não seja útil, mas simplesmente que ela já não é "acatada". Parafrazeando a expressão de Ortega y Gasset, ela tornou-se ignorância insolente, ou arrogância ignorante.<sup>7</sup> E é precisamente por esta razão que o século XX passou a ser a era da "revolta das massas". O diagnóstico do nosso tempo, feito por Ortega, pode ser por demais colorido, mas devemos admitir que a obstinação passiva e respeitosa de Bagehot abriu caminho para outro diagnóstico ativo e mesmo agressivo.

Por esse motivo, o problema do consentimento quanto a um governo tem de ser levado mais a sério em nossa época do que o foi outrora. Para o melhor ou para o pior, há hoje em dia uma atitude menos respeitosa quando as pessoas vão às urnas. Se, então, ainda desejarmos um governo por meio de discussão, teremos de substituir essa deferência em decréscimo por uma crescente cautela. Ao contrário, percebemos que a necessidade crescente do votante comum, ansioso por idéias nítidas, caminha paralela com a tendência progressiva dos intelectuais para a

divulgação de idéias obscuras e ardilosas. E isto ocorre precisamente quando a palavra *democracia* não tem mais um significado básico de geral aceitação.

### 3. A Era da Confusão Democrática

Falando sem rodeios, estamos vivendo numa era de democracia confusa. Levaria muito tempo para explicar como e por que atingimos esse estágio infeliz de pensamento conturbado, isto é, de confusão democrática. Isso nos conduziria também para fora de nosso campo de estudo. No entanto, permitam-me indicar as duas razões para o nosso empenho atual que estão mais intimamente ligadas à nossa linha de argumentação.

Uma observação inicial e especialmente óbvia é a de que talvez nenhum termo-chave político se preste tão facilmente quanto democracia para as interpretações controversas. À época em que Luís XIV podia dizer "Eu sou o Estado", tal sentença tinha um significado preciso, e estava bem evidente qual o sistema político a que ele se referia. Mas a frase "Nós somos o Estado" é, no mínimo, obscura. Democracia é um rótulo incômodo, mesmo quando o comparamos com termos como liberalismo e socialismo, que são também bastante vagos. Se este livro versasse sobre liberalismo ou socialismo, dizer que liberalismo (ou socialismo) é um nome empolado para algo que não existe seria uma impertinência ao invés de um ponto de partida pertinente (quanto houvesse um pouco de verdade mesmo nessa impertinência). Porque nem liberalismo e nem socialismo podem ser tão facilmente desafiados como a democracia com o fundamento de que não existe tal coisa.

Contudo, até agora simplesmente sugerimos que a palavra *democracia* pode causar mais perturbação do que qualquer outro rótulo político corrente. Isso não significa que ela tenha que ser mais perturbadora. Em suma, para explicar nosso presente esforço necessitamos de uma outra razão. E com tal fim em mente devemos considerar que *democracia* tornou-se cada vez mais um termo universalmente honorífico. Nos dias atuais, o povo associa a tal palavra um sentimento profundamente laudatório. Isso pode ser considerado como um desenvolvimento positivo, pois tal termo faz com que todos desejem ser — ou pareçam ser

— democratas. Mas há um aspecto negativo do desenvolvimento honorífico que não pode ser negligenciado: que a palavra pode triunfar às expensas da clareza, e conseqüentemente às custas do conteúdo.

Eliot escreveu em 1939: "Quando um termo torna-se assim santificado universalmente, como acontece no momento com *democracia*, começo a imaginar se ele exprime algo, ao significar coisas demais."<sup>8</sup> Na ocasião em que Eliot expressava a sua perplexidade, *democracia* era ainda uma palavra desprezada em muitas partes do mundo. Atualmente, na aparência, democracia não tem inimigos. Em 1949, um inquérito da UNESCO a respeito de conflitos ideológicos concernentes à democracia, no Ocidente e no Oriente, resultou numa afirmação cabal (e o tom enfático da abertura de seu relatório merece registro): "Pela primeira vez na história mundial, não há doutrinas que sejam pronunciadas como antidemocráticas. A acusação de uma ação ou atitude antidemocráticas é dirigida freqüentemente contra outras doutrinas, mas os políticos práticos ou os teóricos concordam em ressaltar o elemento democrático nas instituições que eles defendem e nas teorias que advogam." E a comissão que elaborou essa exposição conclusiva não pôde furtar-se a um comentário: "Esta aceitação da democracia como a forma mais elevada de organização social ou política é o indício de um acôdo básico quanto aos fins últimos das modernas instituições políticas e sociais".<sup>9</sup> Mas não estou preparado para aceitar uma tal inferência sem garantia. Uma coisa é ser esperançoso, outra é ser ingênuo.

Reconhecido o fato de que o nome democracia é presente-mente tão sagrado que ninguém ousa afirmar que ele é antidemocrático, seria em verdade muito otimismo concluir daí que na segunda metade do século XX um ideal comum está acalentando os corações humanos. Um observador menos otimista deve, pelo contrário, perceber que nunca, até aqui, a falsificação ideológica e terminológica foi conduzida tão intensamente, tão astutamente, e em tão larga escala. Se a mesma palavra pode ser usada para significar e dignificar práticas antitéticas, o termo *democracia* tornou-se evidentemente ainda mais sem sentido do que pareceu a Eliot em 1939. Como escreveu, em 1945, Bertrand de Jouvenel, "Discussões sobre democracia, argumentos pró e contra, são despidos de mérito intelectual porque não conhecemos aquilo sobre que discutimos."<sup>10</sup>

Pessoalmente, não subestimo a importância da declaração unânime de fé em alguma espécie de democracia, como é expressado no documento da UNESCO, mesmo percebendo que tal crença repousa principalmente na palavra.<sup>11</sup> Isso porque as palavras que reverenciamos são armadilhas e nos aprisionam antes mesmo que disso tomemos consciência. *Nomina numina*. De qualquer forma, se desejamos refutar a interpretação pessimista, devemos providenciar para que o termo *democracia* não se esvazie de todo o significado descritivo e lógico e que não se reduza a uma mera palavra-armadilha. Todos são a favor da democracia — mas qual democracia? Se a resposta for “Tudo que se entende por tal nome”, então o preço da unanimidade de opinião sobre democracia seria por demais elevado. Isso porque, acreditar-se que um sistema político é uma democracia justamente porque assim é *denominado*, é um modo de destruir a democracia às custas de seu próprio nome. E isso pode muito bem ser a consequência derradeira se, ao invés de realçar que nomes diferentes devem ser empregados para denotar coisas diferentes, estimularmos a ambigüidade pela aplicação do mesmo rótulo a práticas opostas.

Mas ao dizer tal coisa não estou insinuando que haja, atualmente, muitos estudiosos fomentando intencionalmente essa ambigüidade. Somente alguns entre aqueles abertamente apoiaram a afirmação de que democracia é qualquer sistema político que se intitule assim. No entanto, muito pouco, se alguma coisa há dêsse teor, é dito para mostrar que isso é um absurdo. O que significa, na prática, que a conclusão acima pode ser facilmente inferida, não do que é dito, mas do que *não* é dito. Observe-se, por exemplo, os inumeráveis compêndios europeus sobre governos constitucionais que consideram como um princípio de esmêto científico incluir um capítulo sobre democracia “progressiva” ou “popular” — isto é, arrolar como democracias todos os regimes que se intitulam assim. Argumentar-se-á que não é da alçada de juristas decidir sobre o que é uma democracia, e acêrca do significado de tal palavra. Pode ser que assim seja, mas de quem é então? Do cientista político? Do filósofo político? Certamente alguém deverá interessar-se por tal problema. Mas bem poucos estudiosos parecem agir assim. O cientista político remete o assunto ao filósofo, e este provavelmente declara que é incapaz de resolvê-lo. Aparentemente, a cultura ocidental, como um todo, adotou uma atitude de não-compromisso.<sup>12</sup>

Não há dúvida que bons motivos podem ser apresentados para explicar tal atitude. O cientista político pode argumentar que o conhecimento científico tem de ser independente de valores, o que parece significar que não nos é permitido escolher entre diferentes definições, porque a nossa opção teria de basear-se numa preferência de valor.<sup>13</sup> Quanto aos filósofos, as tendências mais recentes da filosofia ocidental, como as assinaladas na escola de Oxford, são orientadas para a tomada de uma posição bem convencionalista, cuja formulação estrita pode resultar em que uma palavra expresse unicamente o que decidimos que ela deve significar.<sup>14</sup>

Conquanto a Ciência Política e a Filosofia Política tenham muito pouco em comum hoje em dia, e a preocupação de valor seja de todo diferente do argumento convencional, é interessante observar que os dois critérios convergiram em tal medida que é algumas vezes difícil descobrir se um autor é ultra-realista com uma estrita posição não-avaliativa, se está seguindo a linha convencionalista, ou ambas. Este último é presumivelmente o caso, quando, à indagação: “Como devemos empregar a palavra *democracia?*”, fornecida essa espécie de resposta: “A um cientista cabe unicamente reportar-se a como o termo está realmente sendo usado pelas pessoas que o empregam.” Não posso ingressar agora numa discussão sobre esse assunto. Permitam-me antes chamar a atenção para uma situação especial e de relevância em que os mais sofisticados *experts* de um lado, e o homem comum mais incompetente de outro, concordam de imediato, dizendo que não sabem ou não podem dizer o que significa *democracia*.

Talvez uma das melhores ilustrações dessa *Zeitgeist* se encontre no livro breve e arguto de Maurice Cranston acêrca da *Liberdade*. Cranston chega à conclusão típica e melancólica que à indagação “Que é democracia?” somente pode ser dada a resposta “provisória” de que é “uma doutrina diferente variando segundo as mentalidades”. Seria uma injustiça imputada a Cranston dizer que esta resposta me dá a impressão de ser o produto do escapismo intelectual, já que ele se apressa a explicar que “chamo esta resposta de provisória porque uma análise que nela terminasse seria pouco mais do que um sofisma”.<sup>15</sup> Mas a análise de Cranston não termina aí. Presentemente, estou pronto a admitir que respostas provisórias do gênero sugerido por Cranston podem contudo fazer sentido quando endereçadas a pessoas que falam o idioma inglês. Afinal de contas, na Ingla-

terra e nos Estados Unidos, as pessoas têm praticado a democracia com êxito há algum tempo, e em realidade é desnecessário dizer-lhes o que é democracia. Tais pessoas sabem perfeitamente bem o que é democracia verdadeira, porque, naturalmente, possuem-na em seus próprios países, e ainda acreditam que conhecem a tudo sobre ela, mesmo que intelectuais refinados se recusem a instruí-las a tal respeito. Mas isto é tudo o que pretendo admitir.

Em princípio, isto é, igualmente em bases metodológicas e lógicas, minha posição é a de que tanto o ultra-realismo quanto o convencionalismo constituem mais um meio de evitar problemas do que de resolvê-los. Além do mais, no terreno da prática, desejo salientar que, embora a atitude de não-compromisso — como a denominei — deva ser inofensiva onde a democracia não é uma solução controversa, ela poderá ser prejudicial em outra parte qualquer, e o que não é perigoso para o inglês se torna prejudicial em outros idiomas. Onde a democracia é desafiada, respostas provisórias não servem. De um ponto de vista global, dizer-se que democracia significa coisas diferentes em diferentes lugares não é um modo exato de exprimir o óbvio; isso não é uma resposta, e estamos desesperadamente necessitados de respostas. Os valores e crenças fundamentais de nossa civilização estão em perigo, e é através de definições e de correspondentes imagens de democracia que estamos integrados num jogo em que iremos ganhar ou perder, porque é mediante definições, e idéias que elas transmitem, que faremos nossas escolhas.

Argumentar-se-á talvez que estou apresentando literalmente uma interpretação intelectual da história. Poder-se-á objetar que, não obstante os intelectuais apreciem dar respostas provisórias e gostem de discutir acêrca do sexo dos anjos, seus prazeres sofisticados dificilmente influenciam o grande público. Não concordo, porque aquilo que o cidadão comum pensa, em última análise reflete o que os pensadores têm previamente conjecturado. E, permitam-se acrescentar, não devemos nos surpreender que nesta situação de paralisia intelectual o modelo político anglo-americano tenha tão pouca repercussão para o resto do mundo. Se de alguma coisa nos devemos surpreender é de esperar que nossos sistemas democráticos venham a competir no mercado político mundial, enquanto acatarmos a opinião de que

a palavra *democracia* pode significar qualquer coisa que alguém deseje que ela expresse, sendo então a seguinte a única pergunta a fazer-se: "Quem será o patrão?" — como Humpty Dumpty\* diria.

#### 4. Um Esboço das Dificuldades

Tendo acentuado o *por que* devemos definir democracia, voltamos ao *como* defini-la. A argumentação precedente nos alerta acêrca da dificuldade da tarefa. Todavia, é bom enfrentar as dificuldades desde o início, porque não poderemos superar os obstáculos a menos que saibamos da sua existência. Tentemos portanto isolar os problemas com que teremos de tratar.

A dificuldade principal parece ser — como já indicamos — a de que o *objeto* democracia não é descrito apropriadamente pela *palavra* democracia. A palavra tende a distrair nossa atenção do que é uma democracia no mundo real. E sobre isso há pouca coisa que possamos fazer, porque nunca podemos escapar da palavra (nada podemos fazer sem as palavras), nem murá-la, dizendo, por exemplo, poliarquia ao invés de democracia.<sup>6</sup> Tudo que podemos fazer então consiste em lembrar que o termo *democracia* unicamente nos leva a uma definição prescritiva, e que teremos de buscar igualmente uma definição descritiva. Operar com duas definições pode parecer de algum modo confuso, mas, como veremos, a distinção entre o *é* descritivo e o *deve* prescritivo da democracia ajudar-nos-á a equacionar grande número de problemas que de outra forma conduziriam a debates intermináveis e inúteis.

Há, no entanto, uma outra questão, a saber: Qual é a relação entre o *é* e o *deve*? Isso porque tal relação é exatamente tão importante quanto a distinção. O que é o que *deve* ser não avançam por duas estradas paralelas que nunca se encontram. Ao contrário, elas sempre se cruzam e se chocam. Assim, se não divisarmos claramente a natureza da ligação, a vantagem de estabelecer uma distinção entre descrições e prescrições estará perdida, pouco a pouco, em meio do caminho. Portanto, a primeira parte deste livro abordará amplamente, de forma implícita, quando não explicitamente, esta relação, porque

\* HUMPTY DUMPTY — Personagem favorito em pantomimas, representando um ovo com braços e pernas; personagem do *Mother Goose* (álbum infantil que aparece nos E.U.A. anualmente, por ocasião do Natal). (N. do T.)

uma má compreensão da correlação entre os fatos e a deontologia é o mais sério e mais freqüente erro lógico e metodológico com que nos deparamos. Quando se centraliza a atenção exclusivamente sobre o *que é*, o resultado é um realismo equivocado. Quando colocamos toda a ênfase sobre o *que deve ser*, tombamos numa armadilha do perfeccionismo.

Realismo e perfeccionismo são, todavia, duas espécies re-  
quintadas de enganos. Portanto, minha argumentação será apresentada através de uma crítica do "modo simplista de enfrentar o assunto", por uma discussão acêrca do tipo de erro mais elementar e ingênuo. Como observei no início, democracia é um sistema difícil que tem de ser simplificado e pôsto ao alcance de todas as inteligências. Mas como isso pode ser feito? Infelizmente, o modo usual de simplificar a democracia não nos leva a parte alguma ou então nos confunde. Pessoas de mentalidade simples são inclinadas a crer que, uma vez explicada a palavra, tudo está aclarado. O produto desse critério simplista é o que chamo "democracia etimológica", que discutirei no próximo capítulo. Por agora, digamos apenas que, quando a democracia é apresentada de modo a parecer bem simples, podemos estar certos de nos encontrarmos às voltas com uma questão verbal e que os problemas autênticos não estão sendo enfrentados. Assim, abstenhamo-nos de ser simplistas demais, conquanto devam procurar com empenho não nos mostrarmos obscuros.

Mesmo que os erros por super-simplificação, hiper-realismo (se posso chamá-lo assim) e perfeccionismo sejam as armadilhas em que muito amiúde somos colhidos ao discutir o problema da democracia, nossas dificuldades não terminam aí. Ao mencionarmos alguns outros problemas que são examinados na primeira parte deste livro, mais dificuldades surgem devido ao fato de que a democracia transmite a idéia de que os governados devem ser os governantes; e isso causa desconfiança para líderes e elites. A negação da liderança pode não ser uma questão controversa no gênero de democracia anglo-americana, mas é certamente um problema em outra nação, e por isso examino bastante tal aspecto. Finalmente, há uma grande dose de confusão quanto ao que a democracia *não é*; e defini-la a *contrário* é um método importante de saber o que ela é. Um último aspecto, mas não menos significativo, reside em que não é de todo claro como deveremos proceder para provar a democracia, partindo do princípio de que haja algum

sentido em tal iniciativa. Destarte, esse ponto será também revisto.

Essas exposições tipicamente metodológicas ou lógicas encerram a primeira parte de minha pesquisa. E se eu fôsse um positivista lógico, ou inclinado a concordar com a linha convencionalista da análise lingüística, com isso feito encerraria este livro. Mas esta não é minha plataforma. Conseqüentemente, a obra não termina nesse ponto, e segue-se uma parte que está associada ao significado, ou conteúdo histórico, da palavra *democracia*.<sup>17</sup>

Um detalhe final, ainda. Estarei examinando a democracia política como oposta à democracia chamada de *econômica*, e as suas diferenças da democracia social. Agora, deve ficar claramente reconhecido, desde o início, que democracia política é o mais difícil de todos os empreendimentos democráticos; isto é, aquele que opera sob as condições mais difíceis. Embora a democracia no sentido político represente a conotação mais antiga e persistente da idéia de democracia, seu longo registro histórico somente confirma que a democracia política é uma realização desconcertante. Como forma política, a democracia tem de reduzir as múltiplas vontades de milhões de pessoas dispersas a uma só autoridade, e isso significa que as condições sob as quais ela tem de operar são apenas uma aproximação remota ao melhor nível possível de condições encontradas em grupos primários e em pequenas comunidades integradas. Entre uma democracia de âmbito reduzido e um sistema democrático de larga escala, há um grande abismo. A humanidade padeceu durante mais de dois mil anos para poder construir uma ponte entre as duas extremidades. E ao passar das pequenas comunidades democráticas, onde todos tomam parte ativa, para a democracia das massas, que não podem participar, isto é, para os atuais sistemas de nações democráticas, muitas das condições requeridas para uma sociedade autenticamente democrática estão condenadas a desaparecer durante o percurso.

No que concerne à compreensão do modelo ideal, a democracia política funciona sob as piores condições possíveis; e se possuímos ainda democracia num sentido político, não podemos aguardar de uma democracia política, em grande escala difícil e incômoda, o que esperamos de microdemocracias. Em realidade, é altamente duvidoso que as nossas macrodemocracias políticas

possam ser concebidas e entendidas corretamente como um prolongamento de algum microprotótipo.

#### NOTAS

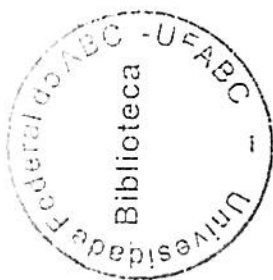
1. "Politics and the English Language", em *Selected Essays* (Baltimore, 1957), pág. 149.
2. Confrontar com *Definition*, de Richard Robinson (Oxford, 1954), espec. Cap. II: "A definição palavra-por-palavra correlaciona um termo a um outro, como possuindo o mesmo significado. Tal tipo de definição associa uma palavra a um objeto, como significando este" (pág. 17).
3. Robert A. Dahl, *A Preface to Democratic Theory* (Chicago, 1956), em especial págs. 63-89. Cf. também para democracia como a aproximação de um "mundo real" democrático: R. A. Dahl e C. E. Lindblom, *Politics, Economics and Welfare* (Nova York, 1953), pág. 43 e Caps. X-XI em vários trechos.
4. *Deontologia* significa literalmente "discurso sobre o que deve ser feito", na base da obediência. O termo foi lançado por Bentham, que usou a palavra *deontologia* como um sinônimo para "a ciência da moralidade". Neste contexto a palavra é empregada sem referir-se especificamente à ética. Ao usá-la, aludimos em geral àquela dimensão de nossa existência que é dada linguisticamente numa forma imperativa, com o uso de palavras tais como "precisa" ou "deve": isto é, como um sinônimo de "prescrição" e contrária a "descrição".
5. Uso "norma" e "prescrição" como sinônimos, tendo em vista que não estou interessado aqui com a distinção entre normas morais e prescrições de natureza amoral. Para esse ponto, confronte-se com o Cap. IX, 1, adiante.
6. Via de regra uso o termo *semântica* num sentido geral, como referência ao estudo do emprego e significados de palavras. Nos casos onde a forma adjetivada "semântico" é usada num sentido específico, isso será indicado evidentemente pelo contexto.
7. Confrontar com *A Constituição Inglesa* (1867), espec. N.º VIII.
8. Confrontar com *A Rebelião das Massas* (Nova York, 1932), espec. Cap. VIII.
9. T. S. Eliot, *The Ideal of a Christian Society* (Londres, 1939; Nova York, 1940), págs. 11 e 12.
10. *Democracia num Mundo de Tensões — Um Simpósio Organizado pela UNESCO*, ed. Richard McKeon (Chicago, 1951), pág. 522.
11. *Du pouvoir* (Genebra, 1947), pág. 338.
12. Porque os fatos, note-se, são diferentes. Nos tempos atuais, em cerca de noventa nações distintas — como J. Barentis assinalou apropriadamente — menos da metade qualifica-se como democracias, "mesmo se encarmos tal palavra do modo mais céptico e a definirmos na base de uma condição *minimum-est* de democracia que possamos imaginar". Confrontar com o estudo resumido e eficiente de Barentis em *Democracy: An Unagomized Reappraisal* (Haia, 1958), Cap. II.

13. Cf. minhas opiniões quanto a tal conexão em G. Sartori, "Der Begriff der 'Wertfreiheit' in der politischen Wissenschaft", em *Politische Vierteljahresschrift*, I (1960), págs. 12-22.
14. Essa apreciação será debatida no Cap. X, adiante.
15. Maurice Cranston, *Freedom. A New Analysis* (Londres, 1953), pág. 113.
16. Para sermos exatos, existem algumas propostas em favor da mudança. Assim, por exemplo, John M. Murry, em *The Free Society* (Londres, 1948), sugere que *democracia* seja substituída por "sociedade livre". Sem entrar em considerações de caráter prático, parece-me que tais sugestões omitem a verdadeira natureza do problema.
17. Cf. Caps. IX e X, adiante.

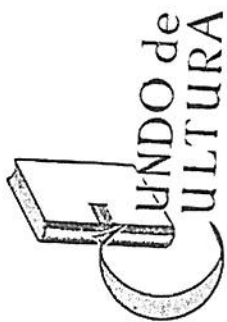


# TEORIA DEMOCRÁTICA

GIOVANNI SARTORI  
(DA UNIVERSIDADE DE FLORENÇA)



EDITORA FUNDO DE CULTURA  
BRASIL  
PORTUGAL



Primeira edição brasileira: janeiro de 1965

Traduzida de

DEMOCRATIC THEORY

Wayne State University Press, Detroit, 1962

Titulo original: *Democrazia e definizione*

## PLANO DA OBRA

### PRIMEIRA PARTE — O DEBATE (*Uma apreciação lógica*)

- I. O Que É Democracia? A Procura de uma Definição
- II. Democracia Etimológica
- III. O Quiproquó do Realismo Político
- IV. Perfeccionismo e Utopia
- V. Democracia Governada e Democracia Governante
- VI. Democracia, Liderança e Elites
- VII. O Que a Democracia Não É
- VIII. A Procura de Provas
- IX. Inconclutências

Copyright © 1962 by

WAYNE STATE UNIVERSITY PRESS

DETROIT 2, MICHIGAN

### SEGUNDA PARTE — A EVIDENCIA (*Uma avaliação histórica*)

- X. O Que É Democracia? O Valor-Verdade das Definições
- XI. Democracias Empíricas e Democracias Racionais
- XII. Democracia Grega e Democracia Moderna
- XIII. Liberdade e Lei
- XIV. Igualdade
- XV. Liberalismo e Democracia
- XVI. Democracia, Placjamento e Tecnocracia
- XVII. Uma Outra Democracia?
- XVIII. Conclusões

Contratados todos os direitos de publicação, total ou parcial, em língua portuguesa, pela EDITÓRA FUNDO DE CULTURA S. A., Rua 7 de Setembro, 66/12º and. — Rio de Janeiro, Rua Rêgo Freitas, 574/3º and. — São Paulo, e Rua da Madalena, 211/3º and. — Lisboa, que se reserva a propriedade sobre esta tradução.